



RELATÓRIO DE **ATIVIDADES**

Período de 9 de abril de 2021 à 20 de março de 2023



OUVIDORIA
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL





OUVIDORIA

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL





OUVIDORIA
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO DE **ATIVIDADES**

Período de 9 de abril de 2021 à 20 de março de 2023

Porto Alegre, março de 2023

Sumário

Expediente.....	6
Apresentação.....	7
Palavra da Ouvidora.....	8
Sobre a Ouvidoria-Geral da DPE/RS.....	11
Resumo das atividades.....	12
Atendimentos Individuais.....	13
Relação com a Sociedade Civil Organizada.....	19
Participação e Organização de Atividades.....	25
Palavra dos Servidores/as.....	30
Galeria.....	36

Expediente

Ouvidora-Geral da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul
Marina Ramos Dermmam

Servidores/as da Ouvidoria do período de 9 de abril de 2021 à 20 de março de 2023

Daniel Paulo Caye
Ercília Corrêa Freire Pinto
Israel Bresola Júnior

Estagiários/as do período de 9 de abril de 2021 à 20 de março de 2023

Camila Aisha Cardoso Loukili	Luísa Ramão Borges Silva
Eduardo Fraga Lemos	Marília Chaves Zanini
Gabriela Santos de Carvalho	Marta Raquel Verissimo da Luz
Jonathan Schepcke Barcos	Tailana Pivetta Chaves
Leniz Costa	Janete Borges Pereira

Apresentação

Na forma do art. 3, IV, da Resolução CSDPE nº 02/2021, apresentamos o relatório de atividades desempenhadas durante o mandato da Ouvidora Marina Dermmam, no biênio 2021-2023.

Por meio deste documento, os/as integrantes da instituição e os/as usuários/as do serviço público poderão acompanhar o trabalho realizado pela equipe da Ouvidoria-Geral, especialmente os dados sobre atendimento à população e a relação construída com a sociedade civil.

Desejamos a todos/as/es uma boa leitura e nos colocamos, como sempre, à disposição para o diálogo.

Equipe da Ouvidoria-Geral.

Obrigada, Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul!!!

Por Marina Dermmam



Cheguei ao espaço da Ouvidoria-Geral pelas mãos de mais de uma centena de movimentos populares que, abertamente, reivindicaram a retomada deste espaço. Na carta de apoio publicada à minha candidatura, o coletivo de entidades deixou evidenciado que se pensa esse espaço como “*um lugar de escuta e ressonância, não só para pedidos e sugestões, mas representativo de coletivos que se organizam com o mesmo afã desta Instituição, qual seja, a defesa e promoção de direitos*”

humanos, junto aos setores vulnerabilizados (art. 1º da LC nº 80/94).”

Estar na Ouvidoria sempre foi um desafio diário, que requereu completa doação de tempo, entusiasmo e afeto. Não se pode ouvir sem deixar de se colocar no lugar do outro e sem fazer isso com afeto. O ouvir é um ato, primeiro, de acolhimento, mas também de empoderamento. A escuta qualificada que procuramos oferecer aos/às assistidos/as que nos procuram passa pelo empoderamento e reconhecimento de direitos.

Ouvir, para nós da Ouvidoria da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, é um meio para a promoção dos direitos humanos.

Essa promoção de direitos humanos, a partir desse espaço, ocorreu de forma engajada nesse biênio. E esse engajamento não ocorreu apenas pela nossa equipe. A Ouvidoria-Geral foi empoderada com a atuação dos movimentos sociais, dos espaços institucionais da Defensoria (incluindo associação, escola, sindicato e conselho/as nacional de ouvidores/as) e dos/as defensores/as públicos que cotidianamente construíram conosco a Ouvidoria.

Durante esse biênio nos dedicamos ao aprimoramento institucional. Apostamos em uma Ouvidoria transparente em suas ações, seja na publicação de relatórios semestrais, seja na publicidade das ações nas redes sociais. Criamos e aprimoramos os fluxos com Defensorias Regionais, Corregedoria-Geral e entidades de defesa dos direitos humanos. Tivemos uma atuação ativa junto ao Conselho Superior da De-

fensoria Pública, com o auxílio em novas resoluções (regulamentação de cotas de ingresso na DPE, padronização do atendimento etc.), bem como na apresentação da proposta de reestruturação administrativa e de criação do Conselho Consultivo da Ouvidoria. Promovemos diversos cursos, em parceria com a Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, especialmente sobre direitos de populações vulneráveis.

Mais do que ouvir, também dialogamos bastante com os/as integrantes da Defensoria Pública e com os mais variados segmentos dos movimentos populares. Acolhemos as demandas coletivas vindas de representações de povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pecuaristas familiares, povo de terreiro e ciganos), movimento negro, movimento de mulheres, movimento LGBTQIA+, organizações que atuam com pessoas migrantes e refugiadas, organizações de familiares de pessoas em situação de prisão, organizações de luta pela moradia, dentre outros. Em parceria com a Associação de Defensoras e Defensores Públicos do Estado promovemos diversas rodas de conversas entre movimentos sociais e Defensores/as Públicos/as, o que só fez estreitar os laços na atuação de quem está no atendimento da ponta da DPE.

Foram muitas ações em dois anos, as quais tiveram o melhor de mim. Espero, da forma mais sincera e verdadeira, ter deixado como legado uma Ouvidoria mais presente para sociedade e para instituição.

Obrigada, Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul!!!

Sobre a Ouvidoria-Geral da DPE/RS

A Ouvidoria-Geral é um órgão auxiliar da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), atuando no processo de interlocução entre o/a cidadão/ã e a instituição, garantindo que a manifestação dos/as usuários/as provoque a contínua melhoria dos padrões e mecanismos de eficiência dos serviços e das atividades desenvolvidas pela DPE/RS.

As atribuições da Ouvidoria-Geral encontram regramento na Lei Complementar Federal nº 80/94, na Lei Complementar Estadual nº 14.130/2012, na Lei Estadual nº 13.536/2010 e na Resolução nº 2/2011 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado. A partir dessas diretrizes, nossa atuação está assentada em três pilares:

1. Auxiliar na promoção e valorização dos serviços prestados pela Defensoria Pública;

2. Auxiliar a Defensoria em suas relações interinstitucionais; e

3. Auxiliar a Defensoria no contato e articulação com a sociedade e seu público-alvo.

Uma ouvidoria externa propicia mecanismos de controle e participação social, abrindo canais de diálogo direto com a população assistida. Assim, nossa missão primeira é contribuir para que a Defensoria Pública cumpra sua atribuição constitucional de prestação de assistência jurídica e promoção dos direitos humanos, garantindo que haja uma adequada prestação de serviço público, o que inclui o diálogo com a sociedade civil.

Resumo das atividades

Atendimentos individuais

A Ouvidoria-Geral atua seguindo as diretrizes previstas em suas normas regulamentadoras, especialmente auxiliando na promoção e valorização dos serviços prestados pela Defensoria Pública e promovendo o contato e a articulação com a sociedade e seu público-alvo. Para tanto, realiza diariamente atendimentos individuais (por meio de seus canais de atendimento: telefone, *e-mail* e presencialmente), recebendo e processando reclamações, sugestões, críticas, elogios ou quaisquer manifestações relativas ao atendimento da Defensoria Pública.

Os atendimentos individuais aos/às usuários/as da Defensoria Pública somaram, no último período (09 de abril de 2021 a 20 de março de

10.517
Total de atendimentos

2.269
Abertura de expediente
administrativos

2023), 10.517 atendimentos, conforme se verifica na tabela.

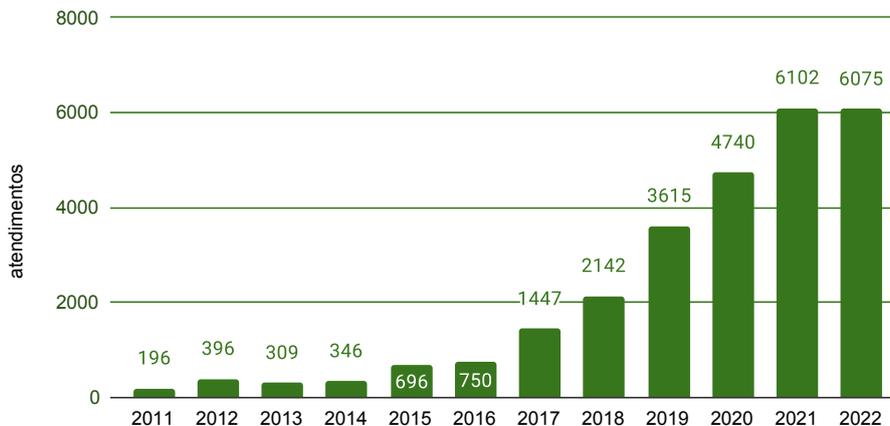
Desses atendimentos, 2.269 foram direcionados aos/às Defensores/as Públicos/as e servidores/as da Defensoria Pública Estadual, responsáveis pelo atendimento das pessoas assistidas que registram manifestações de reclamação, solicitação de informação, solicitação de atendimento, sugestão de melhorias, denúncia de irregularidades e elogio.

ATENDIMENTOS GERAIS					
Manifestação	Relatório I	Relatório II	Relatório III	Relatório IV*	TOTAL
Pedidos de Informações	2.253	2.048	1.879	1.458	7.638
Reclamações	564	813	767	458	2.602
Sugestões	2	1	3	2	8
Elogios	8	25	11	5	49
Denúncias	4	7	28	30	69
Outros	101	22	19	9	151
TOTAIS	2.932	2.916	2.707	1.962	10.517
Expedientes**	503	551	619	596	2.269
* Período relativo a 9 de outubro de 2022 à 20 de março de 2023.					
** Abertura de novos protocolos administrativos da DPE-RS.					
Fonte: Equipe da Ouvidoria da DE					

Evolução dos atendimentos (2011-2022)

Os números confirmam uma tendência de crescimento vertiginoso de procura do órgão pelos/as usuários/as da Defensoria Pública. Quando da criação da Ouvidoria-Geral, em 2011, foram contabilizados 196 (cento e noventa e seis) atendimentos, enquanto no último ano foram 6.075 (seis mil e setenta e cinco).

Evolução dos atendimentos da Ouvidoria-Geral (2011-2022)



Fonte: Relatórios anuais da DPE/RS

ano

AMPLIAÇÃO DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Outro incremento realizado neste biênio foi a ampliação do horário de atendimento da Ouvidoria-Geral, que passou a ser das 09h às 19 horas, de forma a acompanhar as modificações estabelecidas pela Ordem de Serviço nº 12/2021, que dispõe sobre o horário de funcionamento da sede administrativa da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

Essa ampliação ocorreu para garantir o funcionamento da Ouvidoria durante o funcionamento dos serviços da DPE/RS, que tem unidades em Porto Alegre funcionando pela manhã e as demais sedes da DPE/RS funcionando das 12h às 19 horas. Esse novo horário de atendimento levou em consideração o elevado número de manifestações recebidas pela Ouvidoria dos/as usuários/as dos serviços da UCAA e do Alô Defensoria.

DISQUE 100

De se destacar, por oportuno, que desde maio de 2022 a Ouvidoria-Geral da DPE/RS estabeleceu junto à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, órgão do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, novo fluxo de recebimento e direcionamento das denúncias recebidas pelo Disque 100.

Alguns casos, em sua maioria denúncias sobre pessoas em situação de prisão, passaram a ser encaminhados à Ouvidoria-Geral, sendo processados internamente como protocolos de manifestação da ouvidoria e direcionados individualmente ao Núcleo Especializado em Defesa em Execução Penal (NUDEP), que, por sua vez, faz a triagem e redirecionamento aos/às Defensores/as com atuação nas unidades penitenciárias do Estado sobre as quais o Disque 100 recebe denúncia. Até o presente momento já foram abertos 167 (cento e sessenta e sete) protocolos nesse novo fluxo conforme se verifica na tabela:

DISQUE 100*	
ATENDIMENTOS	167
*Atendimentos a partir de maio de 2022 à 20 de março de 2023	

Relação com a Sociedade Civil Organizada

A Ouvidoria-Geral mantém constante diálogo com movimentos populares e organizações da sociedade civil dos mais diversos segmentos, auxiliando estes coletivos a acessar a Defensoria Pública, especialmente os núcleos especializados e as diretorias regionais das unidades da DPE, para apresentar suas demandas e viabilizar o atendimento a essas comunidades e coletivos organizados. Nesses dois anos de trabalho, realizamos diversas reuniões, contatos e articulações com representações dos povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pecuaristas familiares, povo de terreiro e ciganos), movimento negro, movimento de mulheres, movimento LGBTQIA+, organizações que atuam com pessoas migrantes e refugiadas, organizações de familiares de pessoas em situação de prisão, organizações de luta pela moradia, dentre outros.

São muitos os exemplos que poderiam ser dados sobre a atuação da Ouvidoria para a construção de um estreito diálogo e atuação entre movimentos sociais, sociedade civil organizada e Defensoria Pública. Duas atuações especialmente importantes na garantia de direitos da população LGBTQIA+ podem servir de exemplo sobre a importância desse modelo de trabalho colaborativo.

Nome Social

Em conjunto com o Núcleo de Defesa de Direitos Humanos (NUDDH), realizamos uma série de agendas junto à sociedade civil organizada e ativistas pessoas trans não binárias sobre a demanda de retificação dos registros civis dessa população. A partir das articulações feitas com a sociedade civil e com o Poder Judiciário, a equipe da Ouvidoria-Geral produziu o Memorando OUV-GER nº 05/2021, de julho de 2021, sobre “Retificação de Registro para pessoas Transgênero Não Binárias”, enviado ao NUDDH como subsídio ao requerimento junto à Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande de Sul (Ofício nº 211/2021 – NUDDH) para se regular a viabilidade de aplicação do Provimento nº 73 do CNJ, que dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN) aos casos de pessoas não binárias. Em 2022, com base no ofício do NUDDH e documentação remetida pela DPE, a Corregedoria-Geral de Justiça autorizou que os cartórios de registro civil



passem a aceitar a inclusão do termo não binário no registro de nascimento no Estado do Rio Grande do Sul mediante requerimento feito pela pessoa junto ao cartório, sem mais a necessidade de processo judicial.



Reunião do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas no Maranhão, 2022

Ações afirmativas

Outro exemplo exitoso de incidência da Ouvidoria-Geral ocorreu junto ao Conselho Superior da Defensoria Pública, em agosto de 2022. Acionada pela Defensora Pública Alessandra Quines Cruz, na época conselheira do CSDPE, a Ouvidoria-Geral promoveu reunião com a sociedade civil organizada, direções de programas de

pós-graduação da UFRGS e ativistas dos movimentos de mulheres transexuais e travestis, homens trans e transmasculinos, e pessoas não binárias, para diálogo sobre melhor adequação de termos a serem utilizados na regulação de comissões para ações afirmativas em concursos da DPE/RS para essa população, o que embasou a qualificada deliberação e aprovação pelo Conselho Superior da Resolu-

ção CSDPE nº11/2022, que “Altera a Resolução CSDPE nº 05/2021, que cria as Comissões Especiais de Ingresso e as respectivas comissões recursais, regulamentando o procedimento de afirmação de identidade de gênero para os/as candidatos/as aprovados/as para as vagas reservadas à população trans nos concursos públicos realizados no âmbito da Defensoria Pública e dá outras providências”.



Espaços institucionais

Atividade autogestionada do FSMJD 2022 - Roda de Conversa com Comunidades Tradicionais na sede da ADPERGS em 27 de abril

Para além da relação direta com as organizações da sociedade civil, nos empenhamos em estabelecer uma efetiva participação em espaços institucionais, em âmbito estadual e nacional, a exemplo de conselhos de direitos (CNDH, CEDH-RS, CODENE-RS, CONSEA-RS, CEPI-RS, etc.), da Rede RS de Ouvidorias Públicas, do Comitê Estadual Contra a Tortura (CECT/RS), do Fórum de Combate à Intolerância e ao Discurso de Ódio (FCI) e da Campanha Despejo Zero.

Como forma de aprimorar essa relação da Ouvidoria-Geral com a sociedade civil, apresentamos junto ao Conselho Superior proposta de criação do Conselho Consultivo da Ouvidoria. A iniciativa busca melhor compreender as necessidades dos/as usuários/as dos serviços da Defensoria Pública, instituindo canal de comunicação permanente com a sociedade civil organizada, no âmbito da Ouvidoria-Geral, assegurando o direito à participação e manifestação relativamente aos serviços prestados pela instituição.

Participação e Organização de Atividades

Outra frente de atuação que merece especial relevo é a organização de eventos. No período, a Ouvidoria desenvolveu atividades de formação e rodas de conversas em parceria com diversas entidades e movimentos populares, como a Associação de Defensoras e Defensores Públicos do Estado (ADPERGS), Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (FESDEP), Fórum Justiça, ColetivA Mulheres Defensoras Públicas, Defensores/as pela Democracia, Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH/RS), Geledés – Instituto da Mulher Negra, Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (RENAFRO), Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Observatório Protocolo de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado, Associação de Juízes para a Democracia (AJD), Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA), Universidade Federal do Rio Grande

(FURG) e Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas (CNOP).

Os eventos realizados objetivaram promover o debate entre movimentos sociais e Defensoria Pública sobre temas sensíveis e que mereciam especial atenção da Defensoria Pública. Dentre as atividades promovidas pela Ouvidoria-Geral destacamos:

ADPERGS

Especial registro de agradecimento deve ser feito às direções da Associação de Defensoras e Defensores Públicos do Estado (ADPERGS) e Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (FESDEP), que possibilitaram o diálogo direto entre Defensores/as Públicos/as e movimentos sociais. Todas as atividades organizadas pela Ouvidoria-Geral no último biênio contaram com a participação direta dessas entidades, o que demonstra o compromisso delas com o verdadeiro acesso à justiça.



'Roda de Conversa de Defensores/as Públicos/as com Movimentos Negros' (1º de Outubro de 2021)





‘Roda de Conversa de (de Defensores/as Públicos/as com Povos Tradicionais’
(17 de Agosto de 2021)



Pesquisa
‘Quilombos e acesso à justiça: atuação da Defensoria Pública’
(30 de agosto de 2021)



Curso de Verão
‘Direitos da Natureza, Extrativismos e Litigância Climática’
(de 15 a 18 de Fevereiro de 2022)





Oficina autogestionada (FSMJJD)
'Roda de Conversa com Povos e Comunidades Tradicionais'
(27 de Abril de 2022)



Seminário Nacional
'Direitos da Natureza e o papel do Sistema de Justiça frente às mudanças climáticas'
(09 e 10 de Abril de 2022)



Curso
'Instituições do Sistema de Justiça e os Desafios na Efetivação dos Direitos dos Povos Indígenas'
(com 08 encontros entre Abril e Maio de 2022)





Curso
Atuação da Defensoria Pública na questão Ambiental

Dra. Andreia Gasparini
Dr. José Augusto Garcia

Data: 10.06
Horário: 9h30

Transmissão
Google Meet

DEFENSORIA PÚBLICA
OUIDORIA
FESDEP

Curso
‘Atuação da Defensoria Pública na questão ambiental’
(10 de Junho de 2022)




Audiência Pública sobre a primeira infância e garantindo o pleno desenvolvimento infantil a partir do enfrentamento ao racismo

Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional

TV Assembleia

Audiência Pública
‘Primeira Infância no Centro: garantia do pleno desenvolvimento infantil a partir do enfrentamento ao racismo’
(25 de Julho de 2022)




Mês da Visibilidade Lésbica

TEMAS: L. EMBRIDADES

Início: 30 de agosto
Término: 17 de janeiro
Horário: 19h30

Transmissão: Google Meet (link a ser enviado)
Valor: gratuita
Periodicidade: um encontro por mês

2:13:05

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE LGBTIA+, promovido pela FESDEP,...

Grupo de Estudos sobre LGBTIA+
(com 07 encontros entre Agosto de 2022 e Janeiro de 2023)



**Palavra dos
servidores/as**



Daniel Paulo Caye
Servidor da DPE-RS

“Foi muito gratificante acompanhar a retomada do diálogo com a sociedade civil nesses últimos dois anos, sob a atual gestão da Ouvidoria, ampliando-se os grupos da sociedade gaúcha que foram interlocutores com a Ouvidoria da DPE. Para além da prestação qualificada de atendimentos individuais à população usuária dos serviços da Defensoria Pública e a realização da aproximação e mediação das demandas da população que registra solicitações de atendimento, reclamações, elogios, denúncias e sugestões de melhorias para a Defensoria, os quais vem crescendo em números vertiginosos e que são um desafio diário para a diminuta equipe da Ouvidoria, o diálogo com a sociedade civil é parte essencial da missão institucional da Ouvidoria-Geral e foi possível contribuir significativamente nesse aspecto no período da atual gestão.

Destaco a realização de cursos de Educação em Direitos Humanos, tais como curso sobre Direitos Indígenas, Direitos da Natureza, através da FESDEP, e a organização do Grupo de Estudos LGBTIA+, em parceria com a FESDEP e com o NUDIVERSI, este último sendo uma importante experiência para mim como servidor e militante de direitos humanos na área de diversidade sexual e de gênero.

Na temática LGBTIA+, em que pude colaborar diretamente na questão de direitos de pessoas trans, foi de extrema

relevância o papel da Ouvidoria no suporte ao NUDDH, em 2021, para se construir diálogo com movimentos sociais de pessoas transgênero não-binárias e produzir um robusto documento (memo. 05/2021 – OUV-GER), de apoio à atuação da Defensoria Pública na solicitação de solução extrajudicial para retificação de registro de pessoas não-binárias junto à Corregedoria Geral da Justiça do TJRS, o que teve acolhimento pelo órgão do Poder Judiciário no ano seguinte.

Ademais, em 2022, a atuação da Ouvidoria colaborou no diálogo da Defensora Pública relatora, junto ao Conselho Superior, da resolução sobre cotas trans para concursos públicos da DPERS, com representantes de movimentos de homens trans, mulheres transexuais e travestis, e pessoas não-binárias, além de representantes de Programas de Pós-Graduação da UFRGS com experiências de inclusão e reserva de vagas para pessoas trans, o que enriqueceu e qualificou a construção da normativa institucional que garantirá políticas afirmativas para pessoas trans já a partir do vigente edital do III concurso para pessoas servidoras do quadro de apoio da DPERS recém publicado.

Esses exemplos de atividades que subsidiaram atuação relevantes de diferentes órgãos da Defensoria Pública evidenciam quão estratégica e potente é a Ouvidoria-Geral como ponto de encontro entre a instituição e a sociedade civil que muito pode contribuir para aprimorarmos a Defensoria Pública, para que ela seja mais plural e acolhedora à toda sociedade, em especial os grupos vulneráveis e marginalizados.

“



Ercília Corrêa Freire Pinto
Servidora da DPE-RS

“Sou servidora da Defensoria há 7 anos e no ano de 2022 tive a oportunidade de integrar a equipe da Ouvidoria-Geral. Fui surpreendida com uma equipe maravilhosa com pessoas muito competentes e um trabalho de extrema importância que, parte dele, até então, eu desconhecia a forma como é realizado na Defensoria e tampouco sabia da participação da Ouvidoria, que é o diálogo com movimentos sociais, grupos e organizações da sociedade civil.

Nos atendimentos individuais prestados pude perceber a empatia e acolhimento que eram investidos com o assistido. Assim logo me identifiquei com os valores do trabalho realizado nesta unidade. Os atendimentos geralmente são longos e exigem muita paciência, escuta e compreensão, sempre na tentativa de auxiliar os assistidos em suas demandas a fim de estabelecer diálogo com as unidades da Defensoria e também com o objetivo de melhoria dos padrões de eficiência dos serviços e das atividades desenvolvidas pela Instituição.

Parabenizo à Ouvidora-Geral, Marina Ramos Dermmam, por esse biênio, o qual foi marcado por muito diálogo e promoção de Direitos Humanos.



Israel Bresola Júnior

Ex-servidor da DPE-RS

“Como alguém que já estava há 1 ano e 10 meses como servidor na Ouvidoria-Geral, a chegada da ouvidora Marina Dermmam me surpreendeu de uma maneira muito positiva. Isso porque, para além dos atendimentos individuais e registros de reclamações, denúncias, elogios, dentre outros, os quais continuaram sendo feitos com excelência, o papel da Ouvidoria no diálogo com a sociedade civil e os movimentos sociais foi reforçado, trazendo uma nova roupagem para a Defensoria Pública.

Como expressão e instrumento do regime democrático, e que possui por incumbência a educação e a conscientização em direitos humanos, a Defensoria Pública precisa de uma Ouvidoria-Geral que lhe dê a base e o substrato necessário para concretizar seu papel constitucional com participação popular.

Neste sentido, a gestão que se encerra da Ouvidoria-Geral foi excelente em seu intento. Pude acompanhar os esforços, a exemplo de diversas reuniões entre entidades da sociedade civil e defensores públicos, onde a Ouvidoria-Geral possibilitou o contato e trouxe soluções inéditas para demandas complexas. Portanto, reitero aqui a importância das Ouvidorias Externas das Defensorias Públicas e parabeno a gestão feita nestes últimos dois anos.

Galeria



Lucas Miranda

João Ricardo Costa (Convitado)

Natália Ribeiro

Felipe Teixeira MNU/RS (Convitado)

Cristina Villanova (Convitado)

Cristian DTP/SUSPE

Paulo Ricardo Sufiani (OAR/RS) (Convitado)

Lea Bos Duarte

Edite Rosa RAESP RJ (Convitado)

<https://teams.microsoft.com/j/meetup-jol...>

Vinicius Francisco Toazza

Andre Luiz Oliver de Silva

Paulo Andre Gesteira (Convitado)

Cristina Giani

Mariene Maia

Gustavo Andre Olsson

cristiano MNLM (Convitado)

aldar

26.08

MARIA APARECIDA MARQUES DA ROCHA

Rodrigo de Medeiros

Cristina Giani

Mariene Maia

Marcelo Candiago

ISAMARA DELLA FAVERA ALLEGRETTI

MARIA ALICE RODRIGUES

Therese Colombo, Jurista e Direitos Humanos

Daniela Jardim

Suelylton De Lima

Daniel Silva Borges

Tabata Silveira

Claudete Simas

Isaelysdy Bittencourt Junior

Ulbranes de Almeida

Lisane Beatriz De Avila

Enrico Rodrigues de Freitas

José Penelo Siqueira

Gabriela Araujo

Cleide Rosa

Natalia Lettier

Bárbára Lima

Gilberto Aguiar

Toddy Anderson

José Moraes Barbosa

Raquel Ludermir

Cesare Ottolini - AIH

Neila Gomes dos Santos

Arnaldo - Levante Popular da Juve...

Eduardo Osorio MTST

Adaclides

Pablo Bandeira - MTD

Getúlio CONAM/FNUR

Any Moraes

Flávia Maria- Brigadas Populares

Vanessa Marx

Gilmar Avila

Paulo Becker

Toddy Proj Ocupação Cultural / Ca...

Cristiano CDES



Felipe Teixeira

Iya Sandra

Fernando Comitê PCTs do Pampa

Marina Dermim

Juliana Lavigne

Cigana Rose Winter

Vera Colares - AGRUPA

Ricardo Mesquita Sordi

Cristiane

Márcia

Clóvis Neto

Alessandra Quines

Júlio Alt CEDH-RS

SILVIA BRUM

Daniel Caye

Sandro FLD-COMIN

Iosvaldy Bittencourt Jr

Gizane

Mário Rheingantz

Cristiane

Quilombo Borges

Ivan

Alice Resadori

Galaxy J8

iPhone

Profa. Liandra Caldasso

Felipe Lavarda

Ivan

Celso Procópio -President...

Pai Tiago de Bara - Asidrab



Mohamed

Marlene

Mahmoud Mihal

Barbara

Tom

Dimitris

Walter

Carlos

Rafael

Paulo

Paulo

Paulo

Cláudio

João

Ulisses

Medusa

Cybil

Monica

Solene

Carlos

Luiza

LUCIA VEICOTTI (convidado)

Vanessa

Monica

María

Patricia

Adriana

Thomas

Carlos

Erica

Erica



enaê kumar

ROSELAINÉ DIAS

Vanessa Vieira

Cris Bruel

João de Souza Teodoro

Cimi Sul Equipe POA

Énio Francisco Salvetti

Cimi Sul Equipe POA

Cimi Sul Equipe POA

Rosa Winter

Enáiz da Rosa

Caio Espin

FROES

Daniel Gorgoy

Magali Rudge K. arf

Paulo Martins

Maria Zaneli

Adyngestras Associados

Luis Fernando Sarmento

ROSANE FREIRE LACERDA

Camille Fitz de Lima

Ricardo Weibe Tapeba

Patricia Kettermann

Ana Carolina Zago de Moraes

Camille Fitz de Lima

Felipe Teixeira - RS

Juliane C. Toledo - CEDH-RS

Ubirajara C. Toledo - CEDH-RS

Alex Mendes

Quilombos Do Brasil CONAQ

Ferrnanda Miller

Camille Fitz de Lima

Felipe Teixeira - RS

Juliane C. Toledo - CEDH-RS

Ubirajara C. Toledo - CEDH-RS

Alex Mendes

Quilombos Do Brasil CONAQ

Ferrnanda Miller

Maria Zaneli

Camille Fitz de Lima

Felipe Teixeira - RS

Juliane C. Toledo - CEDH-RS

Ubirajara C. Toledo - CEDH-RS

Alex Mendes

Quilombos Do Brasil CONAQ

Ferrnanda Miller

Maria Zaneli



Thamís Oliveira, Juliana Jardim, Renata Jardim, Vera Rocha, Graciela Michels, Sementes Proteção, Julio Alt, Liane Beatriz De Aguiar, Claudete Simas, Daniela Borges Cavalcheiro, Vera Rocha, Vera Rocha, Graciela Michels, Sementes Proteção, Marcos Kaingang (FLD/COMIN), Cimi Sul Equipe PDA, Martin Witter, Gabriel Alves Godoi, Enéias da Rosa, Juliana Soares, Muisés Da Silva, Nobeli Teresinha Falcado, Paulo Cesar Carbonari, Thales Vieira dos Santos, Tere Lopes, Ubirajara Carvalho Toledo, Marcelo Oliveira, Elisângela Dias, Gustavo Mussi scalon, Aline Palermo Guimarães, Paulo Cesar Carbonari, Hack Bastilone, Leonardo Menin, Daniel Godoy, Antonio Marcos Teixeira Dalmolin, Aline Kerber, Fabiane Iara Pip, Gica, Aninha, Maria Salete, Taniamara da silva garcia, Jade Alves, nara terezinha, Beatris Souza, maria Guaneci, valda, Gina Hermann, Mardeli Rosa, Ney Strozake, Leomar, Tania Oliveira, Diego Vedovatto, Julio Araujo, ABJD Nacional, Martonio Mont'Alverne Barreto, Lúcio Flávio de Castro Dias, Sabrina Diniz, Gisele Cidi Loureiro, Newton Albuquerque, Gisele Cittadino, Eduardo Corrêa ABJD, Vera Araujo, Maria Rosaria Barbato (Marisa), Luciana Boiteux, pauloromeiro, guilherme plantino, WESLEY, Raquel Ludermir, Raquel Pires, Benedito Barbosa CMP, Gabriela Pávoto Ortega, Vanessa Pugliese









OUVIDORIA

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL